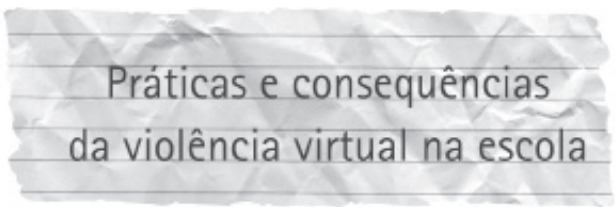



NEIDE APARECIDA RIBEIRO

Cyberbullying



Práticas e consequências
da violência virtual na escola

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

CAPÍTULO 1

As juventudes

1.1 JUVENTUDE OU JUVENTUDES?

Estudar a juventude não é uma tarefa fácil. Definir é, ainda, mais enigmático nas afirmações de Dumont (1986) ao asseverar que a juventude é um universo diferenciado, porque envolve situações específicas e complexas. A dificuldade de definir o conceito implica repercussão multifacetada que o termo pode ter, das opções de análise e da delimitação de abordagem pelo pesquisador, como “aspectos biológicos, históricos, sociológicos, culturais, dentre outros” (VASCONCELOS, 2014, p. 62).

Neste tópico, entretanto, um panorama do termo e das correntes teóricas do que seja “juventude” ou “juventudes” faz-se necessário porque a abordagem da pesquisa sobre o fenômeno do *cyberbullying* abrange práticas de pessoas que estejam ou se encontram na condição de jovens. Para tanto, partiu-se inicialmente da revisão dos conceitos e do significado do que seja juventude dada a variação conceitual e a evolução histórica das definições e sentidos que a palavra “juventude” alcança.

O conceito de juventude para Islas (2009, p. 18), “nasceu de uma disputa de saberes, na maioria delas, carregada da perspectiva adulta”. O autor desenvolve a definição do que seja juventude citando a obra “Emílio” de Rousseau, sob os seguintes aspectos: pedagógico, no reconhecimento da educação integral destinada à criança e ao adolescente como fundamentos do Estado do século XVIII; psicológico, com a criação da adolescência e suas crises, na faixa etária dos 15 aos 20 anos; e, a social, configurada na separação dos conceitos de juventude e família, face à imaturidade dos jovens, sendo esta a mais importante porque o conceito de juventude “vai se modificando e diversificando historicamente como produto das transformações da própria sociedade e de suas instituições” (ISLAS, 2009, p. 18).

Autores como Pais (1990), Islas (2009) e Groppo (2004; 2015a; 2015b), cada um a seu modo, tentam explicar o que seja juventude mencionando as vertentes das teorias antropológicas e sociológicas. Optou-se pelos enfoques biológicos e sociológicos, sem, contudo, ter a pretensão de exaurir todas as perspectivas e reflexões teóricas sobre a juventude.

1.2 CONCEPÇÃO BIOLÓGICA

A concepção biológica de juventude, para Esteves e Abramovay (2007), é um ponto de partida para a aferição dos problemas e políticas públicas relacionados aos jovens. Esse é o destaque dado por Léon (2009) ao admitir que a concepção da juventude como categoria etária tem a finalidade de distinguir o adolescente do jovem, em um entendimento relacionado à articulação com o cotidiano ou a realidade social que estas pessoas estiverem inseridas. Dito de outro modo, a classificação dos jovens por faixa etária, por si só, não é capaz de abarcar as significações que a juventude possui face o contexto social, por exemplo, zonas residenciais de marginalização em contraponto aos condomínios elitizados das grandes capitais.

Todavia, o utilizado pelo Direito brasileiro, na previsão do art. 2º. do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº. 8.069 de 1990, ao definir como criança, a pessoa até os 12 anos de idade incompletos e, adolescente, a pessoa que tenha 12 anos completos a 18 anos incompletos foi o critério biológico (BRASIL, 1990).

Verifica-se essa opção legislativa na responsabilidade penal aplicada aos jovens com dezoito anos, conforme preconiza o art. 27 do Código Penal (CP), Decreto-Lei nº. 2.848 de 1940, ao conceder isenção a imputabilidade penal à pessoa menor de dezoito anos. Ou seja, para as pessoas que possuem menos de dezoito anos ou dezoito anos incompletos, dever-se-á aplicar o ECA e, para a pessoa com idade igual ou superior a dezoito anos, será aplicada a norma repressiva penal. Bitencourt (2018, p. 488) explica que,

Para definir a “maioridade penal”, a legislação brasileira seguiu o sistema biológico, ignorando o desenvolvimento mental do menor de 18 anos, considerando-o inimputável, independentemente de possuir a plena capacidade de entender a ilicitude do fato ou de determinar-se segundo esse entendimento, desprezando, assim, o aspecto psicológico.

A preocupação do legislador brasileiro com a criança, adolescente e o jovem está presente no art. 227 da Constituição Federal de 1988, dispositivo incorporado pela Emenda Constitucional (EC) nº. 65 de 2010, ao estabelecer a previsão de políticas públicas acessíveis a estas categorias de pessoas (BRASIL, 1988).

No mesmo ensejo dessa aceção, a Lei nº. 12.852 de 2013, conhecida como Estatuto da Juventude (EJ), estendeu o conceito biológico de jovem ao estipular como adolescente, a pessoa que tenha idade entre 15 e 18 anos e, jovem, a pessoa que tenha entre 15 e vinte e 29 anos de idade (BRASIL, 2013).

Alinhada à concepção legal, para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), jovens são pessoas que estão na faixa etária de 12 anos completos a 18 anos incompletos que, em 2013, no Brasil, correspondiam a um grupo de vinte e um milhões, composto por uma maioria de jovens negros, homens e mulheres (64,87%), dos quais grande parte são mulheres (58%) (IPEA, 2017).

Para instituições internacionais como o *United Nations Population Fund* (UNFPA), jovens são pessoas que possuem entre 10 a 24 anos de idade que, em 2014, de uma população de 202 milhões, o Brasil tinha o percentual de 25%, ou seja, 50,9 milhões de jovens (UNFPA, 2014).

Pode-se afirmar, portanto, que inexistente um ponto comum da fixação da idade das normas brasileiras em vigor. A confusão conceitual no critério cronológico e etário das pessoas dos estatutos legais citados, revelam que o jovem pode ser tanto a pessoa que tenha entre 12 e 18 anos completos, quanto àquela que possua 15 a 29 anos de idade. Essa diferenciação normativa se explica pela especificidade de sua aplicação, que, para o CP e ECA, poderá implicar em consequências punitivas e, para o EJ, adoção de políticas públicas aos jovens. Entretanto, nesta pesquisa, optou-se pelo critério etário previsto no ECA, tendo em vista que os jovens entrevistados nas escolas, estudantes do ensino fundamental da 7^a. e 8^a. séries, têm entre 13 a 15 anos de idade.

Apesar de ser o critério cronológico da faixa etária, uma opção legislativa no Brasil, Groppo (2004) analisa as diversas categorias de significação da juventude dando ênfase ao aspecto social ao explicar que a idade é um produto da interpretação que não possui caráter universal. Na condução dessa linha exegética, o autor apresenta outras categorias como a social em uma concepção sociológica de juventude, ao aduzir que:

Na modernidade, a juventude tende a ser uma categoria social derivada da interpretação sócio-cultural dos significados da puberdade, este sim,

um fenômeno natural e universal que, no entanto, pode adquirir pouca importância conforme a sociedade em que ocorre (GROPPPO, 2004, p. 12).

Sob esta perspectiva, a concepção biológica, por si só ou isoladamente não consegue abarcar todas as facetas que a juventude pode ter. Em outras palavras, a compreensão da juventude supera a categorização por idade e agrega sob outros parâmetros de análise, a cultura, a diferença social, o ambiente, o contexto histórico, entre outros fatores (MARGULIS; URRESTI, 2008).

1.3 CONCEPÇÃO SOCIOLÓGICA: VERTENTE GERACIONAL

A construção teórica do que seja juventude divide-se em ramificações diferenciadas no campo sociológico. Por uma questão didática, preferiu-se dar início do estudo da juventude na vertente geracional, adotando-se o mesmo entendimento de Pais (1996).

Pais (1996), Groppo (2004) e Islas (2009), entendem que a juventude no âmbito da teoria geracional relaciona-se com pessoas de seu próprio tempo, no modo de lidar com o cotidiano e de viver. Todavia, Groppo (2015b), aproxima a análise do sociólogo português José Machado Pais à teoria da socialização, ao comentar que ambas tratam as continuidades e descontinuidades intergeracionais em uma concepção bionaturalista. Ou seja, a juventude tem seu próprio movimento de tensão e confrontação pela ruptura das crenças de seus pais, avós ou professores ao adquirir autonomia em novos valores pela descontinuidade do que faziam seus antepassados e, por outro lado, em dar continuidade, ao vivenciar e interiorizar aprendizado, crenças e valores dos mais velhos (PAIS, 1996).

Feixa; Leccardi (2010) e Weller (2010), comungam sobre os importantes estudos do sociólogo húngaro Karl Mannheim, que buscou no positivismo de Comte (2002) e na versão



histórico-romântica de Dilthey (2010), as bases para a fundação da teoria geracional. Por sua vez, Weller (2010) afirma que os textos de Mannheim propiciam um caminho metodológico apto a entender a teoria das gerações em uma perspectiva ampla, ou seja:

A partir de uma questão concreta o problema das gerações – Mannheim propõe um caminho teórico-metodológico a ser percorrido pelos pesquisadores, os quais não deveriam optar somente por uma ou outra corrente sociológica de análise, mas buscar esgotar as possibilidades de interpretação de um determinado tema. [...] Ao trazer como proposta metodológica a análise documentária dessas experiências *ateóricas*, o autor nos faz repensar o processo e o tratamento dado à interpretação sociológica. Sendo assim, a atualidade da análise manheimiana das gerações, reside, por um lado, na elaboração de uma perspectiva multidimensional de análise das relações sociais e geracionais. Por outro, Mannheim nos convida a repensar a construção de instrumentos analíticos capazes de mapear e dar forma à singularidade de experiências concretas, que carecem de uma análise teórica. Em outras palavras, sua perspectiva não representa apenas uma contribuição teórica para os estudos sobre gerações, mas também uma proposta teórico-metodológica de pesquisa, capaz de superar as dimensões binárias presentes em algumas correntes teórico-metodológicas (WELLER, 2010).

Mannheim (1993), conhecido como o precursor da teoria das gerações, aproxima a geração a uma situação social diferenciada como a família, constituída como um grupo estável e concreto. Entendendo dessa forma, o autor complementa que a geração seria um grupo homogêneo por ter seus valores experienciados em uma determinada fase da vida, como uma situação

social (MANNHEIM, 1993). Para Mannheim (1993, p. 204), a juventude não pode ser explicada sob um único prisma, como raça, classe, pela importância de sua concepção na investigação científica, dado que

A geração é um problema importante que deve ser levado a sério. É um dos guias indispensáveis para o conhecimento da estrutura dos movimentos sociais e espirituais. Seu significado prático se percebe imediatamente quando se tenta compreender com exatidão a transformação acelerada dos fenômenos do presente imediato (tradução nossa).

O autor afirma que cabe à sociologia estudar a juventude e destaca a superação da abordagem da sociologia formal estática para uma confluência de um dinamismo conceitual na sociologia formal dinâmica. Para esse intento, sugere uma tríplice perspectiva geracional: a) posição geracional; b) conexão geracional; c) unidade geracional. A posição geracional é encontrada em uma juventude, a exemplo do prejuízo do estudo do aspecto biológico e/ou de classe, isolado de outros parâmetros com o fator histórico e/ou cultural. A conexão geracional, é mais abrangente que uma mera unidade histórico-social e viabiliza a interação com outros fatores em práticas concretas e coletivas dos grupos, a exemplo dos jovens que participaram do Brasil no período ditatorial (WELLER, 2010). No entanto, para Mannheim (1993), em uma conexão geracional podem ser encontradas várias unidades geracionais que no período ditatorial fizeram parte, grupo de escritores, estudantes, atores, pessoas caracterizadas por vínculos próprios, mas que se diferem pelas diferentes ações, reações e concepções para um mesmo problema (MANNHEIM, 1993; WELLER, 2010).

A análise da conexão geracional pode ser feita com unidades geracionais distintas. Para ilustrar em outro exemplo, jovens do século XXI, têm em comum em muitos países, acesso às redes

virtuais que atraem várias comunidades na *Internet*. Todavia, cada comunidade pode ser caracterizada por estrato social, interesses, cultura e locais distintos.

Feixa e Leccardi (2010), em artigo publicado na Revista Sociedade e Estado, apontam três momentos históricos para explicar sobre geração. Segundo os autores, o primeiro deles ocorreu nos anos 1920, com o chamado “revezamento geracional” nos estudos de (ORTEGA Y GASSET, 1923; MANNHEIM, 1928). O segundo período, com o advento da teoria do “problema geracional e conflito geracional”, tratada por Mendel em 1972 e, o terceiro, nos anos 1990, na abordagem da sociedade em rede, com a “teoria da sobreposição geracional” de (TAPSCOTT, 1999).

Na linha histórica (FEIXA; LECCARDI, 2010; FEIXA; FERNÁNDEZ-PLANELLAS & FIGUERAS-MAZ, 2016), abordam a teoria do conflito geracional desenvolvida por Gérard Mendel, na obra “A crise das gerações” de 1972, sobre a rebeldia dos jovens no intuito de derrubar o fundamento da alienação de gerações passadas pelo uso de drogas, sexo e *rock & roll*. Mendel (1972), na sua obra explica que a crise das gerações é fundamentada em dois fatores: o primeiro, está relacionado à idade da puberdade, em que o conflito se dá face ao poder patriarcal como imagens paternas arcaicas; e o segundo, ocorre como consequência da revolução industrial e da reação da cadeia tecnológica que o homem não consegue alcançar. É dizer, de outro modo, que para o autor, o conflito de gerações é permeado pela técnica do novo que se sobrepõe às instituições socioculturais balisadas nas tradições e nos valores sociais. Sobre a reação dos jovens Mendel (1972, p. 166) assinala “ *El adolescente de hoy, contrariamente al de antes, tiene tendencia, no a desear el lugar del padre para hacer como él, sino a rechazar, a despreciar este padre. Ante, todo quiere no ser igual que él.*”

Depois dessa fase, a partir de 1990, com o aparecimento da sociedade em rede, denominada de “geração digital” de Tapscott

(1999), estudou-se o fenômeno sob o enfoque da teoria da “sobreposição geracional”, que consiste no balizamento e coexistência do conhecimento entre as gerações.

Os valores da geração *Net* relatados por Tapscott (1999, p. 9), são imbuídos na busca de informações e responsabilidade social, “como nunca ocorreu antes, toda uma geração está começando a aprender. Chame a isso de aprendizado de geração”.

Sob o enfoque funcionalista, mas na mesma esteira da corrente geracional, Isla (2009), destaca o contributo de Talcott Parsons, na obra “A sociologia americana” de 1962 sobre a juventude vivida em meio à Segunda Guerra Mundial de 1942 (PARSONS, 1968). Para Isla (2009, p. 27), a cultura juvenil

surge como uma ação que se opõe ao papel adulto, conflito que tem sua cristalização nas relações dos jovens com as obrigações do trabalho curricular que exige da escola. Esse conflito tem a ver com os cinco pares dicotômicos já clássicos nesta corrente, mas que se tornam específicos através de três deles: responsabilidade adulta – irresponsabilidade juvenil; a preponderância de suas capacidades físicas e atléticas contra as capacidades profissionais e executivas dos adultos; e sua ênfase para atrair especialmente a atenção do sexo oposto (os ideais do “rapaz galã” e da “garota glamourosa”) em contraposição aos papéis sexuais tradicionais.

Isla (2009) e Groppo (2015b), concordam que a visão sociológica e o funcionalismo realçam a tese de que a juventude assume um papel social nas relações sociais representado no prestígio de estar jovem na assunção das tarefas que os mais velhos não conseguem fazer e, ao mesmo tempo, na possibilidade do rompimento de seus valores socialmente arraigados.

Beck; Beck-Gernsheim (2008, p. 8), redimensionam o âmbito do estudo metodológico das gerações globais para uma vertente cosmopolita advertindo à sociologia que não se investigue o fenômeno das gerações apenas nos limites dos estados-nações, face à existência de outros prismas de análise, a exemplo das constelações geracionais transnacionais, ao afirmar que

Uma sociologia cosmopolita significa uma sociologia que se livra do "nacionalismo metodológico" e toma seriamente a globalidade e a vida social (humana) no planeta Terra. Uma sociologia cosmopolita difere de uma universalista começando, não de qualquer coisa supostamente geral, mas de variabilidade global, interconexão global e intercomunicação global. Significa tratar as gerações globais não como uma geração única e universal com símbolos comuns e uma consciência única. (tradução nossa)

Por esta vertente, a *Internet* constitui-se como um fator importante que produz a conexão entre os jovens porque consegue abarcar valores e comportamentos de jovens que estão distantes presencialmente mas conseguem se manter interligados pelas teias da *web*. Nesse ponto, Bauman chama a atenção para o consumo desmedido e explorado pelas empresas ao lançarem propagandas e *marketing* nas grandes redes como o *Facebook*, onde os jovens consumidores podem escolher os objetos que desejam adquirir na formatação descartável assemelhada às relações sociais (BAUMAN, 2013).

1.4 CONCEPÇÃO DA JUVENTUDE NAS TEORIAS CRÍTICAS E PÓS-CRÍTICAS

As teorias críticas e pós-críticas da juventude apresentadas por Groppo (2015a; 2015b), perpassam na visão sociológica e